

Técnico vê folga no Orçamento

ARQUIVO



Saiu do próprio Ministério do Planejamento o argumento para contrariar a intenção da área econômica do Governo de tentar vetar o artigo da lei orçamentária de 1993 que impede o Governo de fazer contingenciamentos (não executar, por razões econômicas, as obras previstas). Um estudo do analista de Orçamento Abelardo Bayma, funcionário da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), vinculada ao Ministério do Planejamento, revela que o relator-geral da lei orçamentária, senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) (foto), tinha razão: haverá dinheiro, até de sobra, para pagar o aumento dos servidores públicos e o 147 por cento para os aposentados da Previdência.

De acordo com o estudo, haverá este ano um superávit orçamentário de 8,5 bilhões a 10 bilhões de dólares. Isso porque a previsão de gastos feita pelo Governo baseou-se numa inflação muito abaixo da realidade. A própria SOF, no ano passado, esti-

mou os gastos partindo de uma inflação mensal de 12 por cento. Como os impostos são corrigidos mensalmente no mesmo nível da inflação, essa diferença significará um superávit significativo no final do ano, mesmo sem contar com o aumento da arrecadação a partir da aprovação do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF).

O Governo pagaria assim suas obrigações com a Previdência e o funcionalismo e ainda poderia fazer novos investimentos — avalia Abelardo Bayma. O estudo de Bayma, que vai na contramão dos discursos usados por Yeda Crusius e pelo ministro da Fazenda, Eliseu Resende, para justificar um reajuste menor para o funcionalismo.

Pelo estudo, Bayma busca convencer, com números, que não há necessidade de contingenciamento e que, portanto, o Governo não deve se bater contra o artigo 8º da lei orçamentária, que manda que se execute o que está previsto. Antes da votação no plenário do Congresso, Yeda Crusius ainda tentou impedir que o artigo fosse mantido. Agora, ele está na lista dos artigos da lei que podem ser vetados pelo presidente Itamar Franco.